

*Brasil****Um pedido para o Papai Noel***

LUÍS PAULO ROSENBERG



Superada a fase de euforia, provocada por termos pela primeira vez na nossa história alcançado um entendimento formal entre trabalhadores e empresários em relação à política econômica, é hora de entrarmos no mérito das propostas por eles apresentadas. Para tanto, é preciso, inicialmente, que se aceitem algumas proposições básicas, referentes ao quadro econômico atual.

**Primeira proposição** — Ao ultrapassar a barreira dos 100% mensais de inflação, a sociedade brasileira flertou com a hiperinflação. Vale dizer, sentiu na pele todos os desarranjos que uma aceleração descontrolada de preços provoca e aprendeu como reagir para diminuir perdas. Em consequência, se expostos novamente a uma situação pré-hiperinflacionária, os brasileiros, ao tentar se desvencilhar da canga, abreviarão a chegada da hiperinflação. Então, não há mais coluna do meio no processo inflacionário brasileiro: ou se derrota a inflação ou nossa histeria se encarregará de transformar a ameaça de preços ascendentes em hiperinflação incontrolável.

**Segunda proposição** — Assim como a morte é o desdobramento inaceitável pelo médico, e a explosão atômica, a maior derrota dos pacifistas, a hiperinflação marca o fim do sistema econômico gerenciável. Ela aumenta ao máximo o sofrimento social e leva à ruína as instituições políticas. Custos sociais de soluções alternativas são sempre menores.

**Terceira proposição** — Confrontado com ameaça tão devastadora quanto iminente, o governo deveria recrutar o que de mais garantido existisse na teoria econômica para superá-la. O aperto monetário e austeridade fiscal são as âncoras mais seguras contra tal vendaval. Mantida inflexivelmente, esta associação de políticas jamais falhou em derrubar a inflação.

**Quarta proposição** — A mecânica, entretanto, pela qual juros altos, impostos crescentes e dispêndios públicos declinantes derrubam a inflação é cruel. Trava-se o giro da economia; provoca-se queda de consumo, demitem-se trabalhadores e aniquilam-se empresas endividadas. Caem os custos, desaparecem consumidores. A dor, portanto, é parte intrínseca da cura. Fora disso, sobra o reino dos charlatões e visionários que combatem inflação com consumo.

**Quinta proposição** — Quanto menor a resistência apresentada pela sociedade à política ortodoxa, menor o sofrimento. Assim, se todos se comportarem antecipando as inevitáveis quedas de salários e margens, os resultados surgirão logo e a tacão da política pode ser aliviado. Por outro lado, se os agentes econômicos reagem ao plano, promovendo mecanismos de reajustes automáticos de preços, baseados na inflação passada, mais robusta fica

a doença, mais forte deve ser a dosagem, mais longo o período de terapia.

**Sexta proposição** — A concretização de um pacto, acordo ou entendimento nacional só faz sentido, portanto, se tiver como objetivo a redução de obstáculos à ação da política ortodoxa. Caso contrário, é um evento nocivo, agravante do sofrimento. Não é pacto, é complô.

**Analisemos, então, o entendimento proposto pelas lideranças empresariais e trabalhadoras.** O documento deles propõe que se fixe uma "meta consensual" (consensual? condensada? compensada? Nenhum dicionário registra o verbete consensual) de redução de inflação futura. Todos os setores ficam limitados por essa meta.

**Questões** — Qual é a base para essa fixação? A inflação do mês passado ou o bicho que deu no sorteio da segunda-feira? Se a consensual for zero, ótimo, a inflação cai. Se for superior ao nível médio causado pelo padrão de indexação informal já existente, vai aumentar a inflação. Além do mais, o que acontece se a inflação real for maior do que a consensual? Há reposição? Como? E se for menor? E se houver guerra no Golfo? E o câmbio: é o consensual ou fica livre? E a ação da Vale do Rio Doce: fica livre ou é a consensual? São questões cruciais, que o documento, olimpicamente, se abstai de tratar.

Mas o entendimento só mostra mesmo a que vem (e aí resvala para o gaiato) quando enumera as medidas necessárias ao sucesso do plano. Se efetivamente adotadas, tais medidas seriam capazes de levar até uma Suíça ao descontrole inflacionário. Vejam os pleitos: redução de juros, reposição de perdas salariais, abono já, redução de impostos, pagamentos do governo às empresas, além de burras abertas para desempregados, sem-terra e agricultores.

Isto não é plano antiinflacionário. É lista de pedidos ao Papai Noel. É reconfortante, felizmente, perceber a maturidade das lideranças nacionais efetivas, que rechaçaram a iniciativa contundentemente. Os pensadores conservadores reagiram com irritação: afinal, eles jamais tiveram senso de humor em relação às tentativas de estupro à liberdade de mercado.

É notável também que o intelectual progressista Hélio Jaguaribe, por todos admirado, considere o entendimento uma conspiração entre sindicatos fortes e empresários fracos para jogar a conta de seus privilégios em cima do consumidor, via inflação.

O lançamento do documento de empresários e trabalhadores nesta hora de tanto sacrifício é tão oportunamente quanto a entrada da batucada de uma escola de samba no silêncio sofrido de um velório.